

É preciso romper o ciclo

07 FEV 1996

JORNAL DO BRASIL

FRANCISCO EDUARDO BARRETO DE OLIVEIRA *

Em artigo publicado no **JB** de 5 de fevereiro corrente, o geralmente sensato deputado José Genoíno tem uma lamentável recaída. Ao criticar o Plano de Assistência à Saúde — PAS —, em fase de implantação piloto pela municipalidade de São Paulo, o representante petista utiliza o argumento ideológico ao invés da lógica, o emocional ao invés do racional, o chavão e a palavra de ordem ao invés da argumentação técnica.

Ninguém discute, hoje em dia, que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. O que se questiona é o instrumento através do qual os serviços de saúde devem ser prestados: se através da atuação direta de entidades estatais, ou se, indiretamente, através de uma terceirização regulada, financiada e controlada pelo Estado. Em outras palavras, o que se discute, aqui e em todo o restante do mundo, é a questão da eficiência do Estado como executor direto das ações de saúde quando comparado às outras formas alternativas.

Neste particular, o PAS é uma corajosa, inteligente e inovativa iniciativa no sentido de avançar na área da eficiência, sem, em qualquer momento, ameaçar o inquestionável direito dos usuários. Em essência, o esquema é o seguinte: a Prefeitura estabelece um subsídio fixo de x reais — inicialmente R\$ 10,00 per capita por mês — para a cobertura universal de todo o atendimento ambulatorial e de emergência de todos os

usuários; os antigos funcionários públicos organizam-se, opcionalmente, em cooperativas que, recebendo o pagamento de R\$ 10,00/usuário/mês, se comprometem a prestar, a todos que a elas venham a se filiar, os serviços previstos em um “contrato-padrão”.

Como se pode perceber claramente, não se trata de privatizar os serviços de saúde, mas de terceirizar a execução de parte dos serviços. O Estado continua em seu papel indelegável de garantidor do acesso aos serviços, financiador e controlador das ações. Sai apenas da execução, agora feita pelas cooperativas. Em outras palavras, passa de réu a juiz do processo, visto que, deixando de executar diretamente as ações, readquire isenção e autoridade para controlá-las.

No processo, ganham os profissionais de saúde interessados em trabalhar em prol da saúde da população, que agora dispõe ao menos da possibilidade de fazê-lo, recebendo, ao mesmo tempo, remuneração condizente com as responsabilidades profissionais assumidas. Ganha o Estado, que deixa a função de executor de ações de saúde — área onde se demonstrou extremamente incompetente — e passa agora ao papel de supervisor do trabalho das cooperativas. Acima de tudo, ganha o cidadão, que passa a ter uma real perspectiva de serviços de saúde eficientes, fazendo com que o direito legal à saúde converta-se em realidade prática e não em direito à doença!

Perdem os corporativistas da área de saúde, que prezam antes de mais nada o contracheque recebido no final do mês, prestem ou não

serviços à população; perdem os políticos que fazem do sistema de saúde palco da retórica, prometendo mundos e fundos, sem jamais apresentar soluções concretas. A estes só resta o recurso à chama da teoria conspiratória, onde entes maquiavélicos e malévolos estariam conspirando para o desmonte do Estado benfeitor, para depois apregoar sua ineficiência. Esta bela construção imaginária funciona bem como racionalização a posteriori; não consegue, entretanto, esconder o caos gerencial, o descaso e a ineficiência geral dos serviços diretamente prestados pelo poder público, fato claramente percebido pela população.

Concordo integralmente com as palavras do dep. Genoíno: “O Sistema Único de Saúde (SUS) é um projeto (bem) concebido, mas a inoperância do poder público é incapaz de executá-lo.” De fato, diz-se que de boas idéias e intenções o inferno está cheio. O que falta é coragem para romper o ciclo, acabar com o discurso vazio onde a culpa é sempre dos outros. Apesar dos problemas iniciais do PAS e dos muitos aperfeiçoamentos que merece, o primeiro passo foi dado.

Sem isto, continuaremos, também na área da saúde, na contramão da história, na vanguarda do atraso. Agora, se o que está em jogo não é o potencial de eficiência do PAS, mas as eleições municipais que se avizinham, dá até para entender a reação vociferante do dep. Genoíno.

* Membro do Ipea e coordenador do Comitê de Previdência e Saúde do Instituto Atlântico